

===== ACTA N.º 1/2016 =====

----- **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA TRÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2016:** -----

----- Aos 3 dias do mês de Fevereiro, do ano de 2016, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do concelho, desta Vila de Golegã, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **1. APRECIACÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL;**-----

----- **2. PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA:** -----

----- **2.1. Reabilitação Urbana da Golegã Oeste – ARU 1 – Aprovação;** -----

----- **2.2. Reabilitação Urbana de Golegã Este – ARU 2 – Aprovação;** -----

----- **2.3. Reabilitação Urbana de Azinhaga – ARU 3 – Aprovação;** -----

----- **2.4. Reabilitação Urbana de Azinhaga – ARU 4 – Aprovação;** -----

----- **2.5. Reabilitação Urbana de São Caetano – ARU 5 – Aprovação;** -----

----- **3. COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL – Nomeação de Representante das Juntas de Freguesia do Concelho;** -----

----- **4. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – Substituição da Dr^a Andreia Cunha como Representante na Comissão Alargada;** -----

----- Estiveram presentes todos os membros da Assembleia Municipal, à exceção dos membros Senhores Francisco Manuel da Silva Rufino e Pedro José Rodrigues Ramalheira de Azevedo. ----

----- De harmonia com o estipulado nos artigos 78º e 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugados com o artigo 18º, do Regimento da Assembleia Municipal, os membros Senhores Francisco Manuel da Silva Rufino e Pedro José Rodrigues Ramalheira de Azevedo, requereram a sua substituição, por ausência inferior a 30 dias, sendo os mesmos substituídos, na presente Sessão, pelos Senhores João Nuno Pedruco Delgado e João Henrique de Jesus Mota Martins Mendes, respetivamente. -----

----- Igualmente esteve presente o Senhor Engº. Rui Manuel Lince Singeis Medinas Duarte, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, bem como o Senhor Engº. Carlos Manuel Matos Asseiceiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal e ainda os Vereadores Senhores, Dr^a. Ana Isabel Madeira Mota Sampaio Caixinha Duque e Engº. José António Godinho Lopes. -----

FLS 2/25

----- Quando eram 21 horas e 15 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar todos os presentes, declarou aberta a Sessão. -----

----- Informou que os membros Senhores, Francisco Manuel da Silva Rufino, e Pedro José Rodrigues Ramalheira de Azevedo, requereram a sua substituição por ausência inferior a 30 dias sendo substituídos, respetivamente, na presente Sessão, pelos Senhores João Nuno Pedruco Delgado e Senhor João Henrique de Jesus Mota Martins Mendes. -----

----- Relativamente ao Senhor João Nuno Pedruco Delgado, aproveitou a oportunidade para fazer um desabafo e um lamento porque, em 16 anos de Assembleias Municipais que assistiu, nunca viu uma situação destas. -----

----- Referiu que recebeu agora da bancada do Partido Socialista a dizer que, devido a um entendimento errado do nº 3 do artigo 18º. do Regimento desta Assembleia, solicitam a anulação do pedido de substituição do Senhor João Delgado sendo que o mesmo vai estar presente na bancada do Partido Socialista. No entanto, recebeu do Senhor João Delgado algo que o confrange porque, o Senhor João Delgado, escreveu ao Presidente da Assembleia Municipal a dizer que teve conhecimento que em seu nome foram delegados poderes à Senhora D. Catarina Corte para o representar nas Assembleia Municipais desde Junho de 2015 até á presente data. ----

----- Uma vez que não foi ele a tomar qualquer decisão sobre tal assunto, a não ser na Assembleia datada de 27 de Junho de 2015, que enviou por e-mail, no dia 25 de Junho, às 22 horas e 21 minutos a justificar a sua ausência, solicita que seja esclarecido quem em seu nome usurpou tais funções. -----

----- Face a esta situação, que considera grave, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que quem convoca os membros da Assembleia Municipal, aquando de uma substituição, são os serviços da Assembleia e como é óbvio o Presidente da Assembleia Municipal, sendo os convocados baseados na confiança das bancadas que apresentam essa substituição pelo que, a partir de agora, ninguém apresenta um nome sem ser fiscalizado pela Assembleia Municipal pois isto é uma prova que deram o nome errado uma vez que há aqui um membro que foi ultrapassado e foi ultrapassado desde Junho de 2015, questionando até se não se poderá equacionar a impugnação das assembleias desde essa data. -----

----- Afirmou ainda que ao passar-se por cima de uma pessoa para colocar outra, existe aqui algo que tem que ser esclarecido referindo que, na Assembleia a que preside, não permite que haja situações destas. -----

----- De seguida perguntou ao membro Senhor João Delgado se ele está em condições de, exercer o seu lugar, hoje aqui, nesta Assembleia e se está preparado e documentado para poder argumentar sobre todos os pontos que vêm hoje à Assembleia Municipal, tendo o membro Senhor João Delgado respondido que não está em condições. -----

----- Após esta resposta o Senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmou que não fecha este assunto sem ouvir o que as diversas bancadas têm para dizer sobre esta matéria. Que este assunto é gravíssimo porque o nome do Senhor João Delgado está assinado sempre em itálico, que vem sempre assinando e mostrando à Assembleia que não está presente. Alguém escreve o nome dele por sua autoria própria, sendo esta uma informação falsa ao Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- O membro Senhor João Delgado usou de seguida da palavra para dizer que apenas para esta Assembleia de hoje é que não foi informado da mesma e foi aqui que houve um lapso, ou seja, nas Assembleias anteriores realmente justificou, que estiveram a analisar os e-mails, à pouco, e a única realmente que não teve conhecimento e que foi ultrapassado foi na Assembleia de hoje. -----

----- De novo no uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o membro Senhor João Delgado pode ter agora mudado de opinião, mas aquilo que lhe diz no documento que enviou foi que, “teve conhecimento que foram delegados poderes à Senhora D. Catarina Corte para o representar nas Assembleias Municipais desde Junho de 2015 uma vez que não fui eu a tomar qualquer decisão sobre tal assunto a não ser na Assembleia de 27 de Junho”, o certo é que desde 27 de Junho de 2015 aparece uma carta em seu nome a dizer que o Senhor João Delgado não vem por motivos profissionais. -----

----- O membro Senhor João Delgado usou de novo da palavra para dizer que, analisando os e-mails, a única carta que não foi realmente enviada por si, foi realmente a carta referente à Assembleia de hoje, ou seja, quando diz que não poderia estar presente desde a substituição do dia 27 de Junho do ano passado, está incorreto, porque foi informado das Assembleias que houve durante o ano de 2015 e fez chegar o seu pedido de substituição. -----



FLS 4/25

----- Face a esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou a razão pelo qual escreveu a dizer que não teve decisão sobre tal assunto, tendo o membro Senhor João Delgado respondido que foi um lapso, reafirmando que da Assembleia Municipal que está a decorrer hoje não teve qualquer informação. -----

----- De novo no uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao membro Senhor João Delgado se se tinha enganado quando escreveu ao Presidente da Assembleia Municipal a dizer que nunca tinha sido contactado, tendo o membro Senhor João Delgado respondido que não. Esclareceu que quem escreveu essa carta foi a Dr^a Maria Paula que é a sua solicitadora e quando escreveram essa carta tinham as datas à frente e que houve um lapso ao escrever essa carta sendo isso que está a querer corrigir e a dar conhecimento. -----

----- Realmente aquilo que aconteceu, foi que, à data de hoje não teve qualquer convocatória da bancada do Partido Socialista. -----

----- Usou de seguida da palavra o membro Senhor Carlos Santos para manifestar a sua tristeza e lamentar o facto de se deparar com uma situação destas, porque efetivamente aquilo que o membro Senhor João Delgado diz, na carta que escreveu, é que passaram por cima dele desde 27 de Junho de 2015 e agora diz que foi um lapso. -----

----- Ainda no uso da palavra afirmou que, efetivamente, passaram sempre por cima dele e que fizeram as cartas em nome dele. Isso é usurpação de identidade e falsificação de documentos e pese embora não ser jurista acha que isso é crime. -----

----- Realçou que aquilo que diz a carta que está assinada pelo Senhor João Delgado não deixa dúvidas, que passaram por cima dele e entregaram documentação em nome dele a partir da data que é lá apresentada. -----

----- Terminou a sua intervenção afirmando que se sente envergonhado por fazer parte de uma Assembleia que tem este tipo de atitudes. -----

----- O membro Senhor Victor Borges da Costa usou de seguida da palavra para dizer que a questão que aqui se coloca não é a quantidade de vezes com que isto surge porque, mesmo que tivesse sido só hoje, isso não dignifica a Assembleia Municipal, não dignifica o Município, nem dignifica as pessoas que votaram e que têm confiança nos políticos. -----

----- Afirmou ainda que estão habituados a que o Partido Socialista possa fazer o que pretende na Assembleia da República e que faça o que quiser no País, mas aqui, onde todos têm



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 5/25

trabalhado em prol do Concelho, onde têm apoiado nas decisões que são fundamentais para o crescimento do Município, onde o Presidente da Câmara, que é do Partido Socialista, tem apenas uma maioria qualificada entende que os jovens do Partido Socialista devem tomar consciência, que devem pensar nas estruturas que estão a representar e naquilo que estão a fazer para com os colegas que estão aqui a trabalhar em prol do Concelho. -----

----- Terminou a sua intervenção dizendo relativamente a esta matéria e ao facto de ter havido ou não um lapso, reitera as palavras proferidas pelo membro Senhor Carlos Santos que isto é uma vergonha. -----

----- De seguida pediu a palavra o membro Senhor António Camilo para, na sua qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, eleito nas listas do Partido Socialista, dizer que, como é óbvio, não se sente bem. -----

----- Realçou que, muitas das vezes até sem saber ainda a data da realização da Assembleia, quando se faz substituir nas Sessões da Assembleia Municipal pelo seu substituto legal, Senhor Mário Moço, com bastante antecedência e assinado pelo seu punho, envia para a Assembleia Municipal o pedido de substituição. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que não sabia nada disto, condenando veementemente esta situação. -----

----- O membro Senhor Victor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, usou da palavra e iniciou a sua intervenção dizendo que talvez seja das pessoas mais antigas dentro desta Assembleia, se não a mais antiga. Referiu que com os anos que tem disto nunca assistiu a uma coisa semelhante. Entende que é uma falta de respeito por toda esta Assembleia, alguém se fazer representar sem ser ele a assinar e de facto, o que está escrito na carta, não lhe parece que seja um lapso pois ela é bem explícita e ao ser um lapso seria no máximo numa data estando bem vinculada a data de 27 de Junho de 2015 até a esta que não foi convocado. -----

----- Disse ainda que concorda quando já aqui foi dito que se calhar essas Assembleias podem vir a ser impugnadas, esperando que a Assembleia não tome essa decisão mas, depois desta carta, isso pode efetivamente vir a acontecer. -----

----- Quanto a esta Sessão questionou se existe uma urgência eminente para que a mesma se realize hoje ou, se a mesma, poderá ser adiada por 48 ou 72 horas uma vez que está aqui presente um membro da Assembleia que foi convocado em cima da hora e muito provavelmente nem sequer a Ordem de Trabalhos tem, desconhecendo aquilo que se irá discutir. -----



FLS 6/25

----- Referiu ainda que já faltou algumas vezes, quase todas por motivos de saúde, mas teve sempre o cuidado de telefonar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a comunicar que se iria fazer representar, embora o documento chegasse aos serviços assinado por si. -----

----- Terminou a sua intervenção dizendo que isto é muito grave e que deveria ser muito bem ponderado porque, de facto, este assunto envergonha toda a Assembleia. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor Carlos Santos afirmou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tem poderes para poder abrir um processo de averiguações com vista ao apuramento de todas as responsabilidades que daí possam advir porque, efetivamente, como foi aqui referido anteriormente, há Assembleias que poderão vir a ser impugnadas sendo certo que as deliberações então tomadas, nessas mesmas Assembleias, ficarão sem efeito, face a estes atos levianos tomados pela bancada do Partido Socialista. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio de seguida para dizer que não precisa de inquirir para saber a verdade das coisas uma vez que é o próprio membro Senhor João Delgado que diz que hoje falaram em nome dele enviando um documento, para a Assembleia Municipal, em seu nome. -----

----- O Membro Senhor João Mendes pediu a palavra para manifestar a opinião do CDS-PP relativamente à presença do membro Senhor João Delgado nesta Sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Referiu que se torna óbvio que o membro Senhor João Delgado não tem condições para discutir ou votar qualquer um dos pontos que vão ser apresentados nesta Sessão. Nessa conformidade sugeriu que o membro Senhor João Delgado se retire desta Sessão ou, se realmente, não for urgente a aprovação dos pontos agendados para hoje que se marque então uma nova Sessão da Assembleia Municipal dentro de um ou dois dias. -----

----- O membro Senhor André Gabriel usou de seguida da palavra para dizer que é natural que ninguém se reveja naquilo que aqui se está a passar, podendo até estar a haver aqui um erro de interpretação. -----

----- Acrescentou que já aqui foi conversado e inclusivamente reconhecido pelo membro Senhor João Delgado que nas outras Assembleias indicadas na carta são uma surpresa para a sua Bancada. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 7/25

----- Esclareceu que ontem, de manhã, o membro Senhor Francisco Rufino pediu a sua substituição e nesse momento houve uma tentativa de contactar o Senhor João Delgado, a qual, não teve sucesso, por essa razão, face à interpretação do artigo 18º do ponto 3, fez-se substituir pela pessoa que vem imediatamente a seguir. -----

-----O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal usou de seguida da palavra para dizer que este assunto deverá ser devidamente escrutinado para que, cabalmente, se esclareça aquilo que tem que ser esclarecido. -----

----- Relativamente à urgência da aprovação dos documentos referiu que ela está automaticamente respondida por aquilo que foi a urgência com que solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a marcação desta Sessão, nomeadamente, em relação ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos que, no fundo, tem que ser hoje votado porque o limite temporário não permite convocar outra Sessão da Assembleia Municipal, sob pena de serem ultrapassados os prazos relativamente a esta matéria. -----

----- O membro Senhor Manuel Jorge dos Santos pediu a palavra para dizer que esta situação é muito estranha e difícil de compreender porque é muito difícil de admitir um lapso em que não é só uma data que está trocada pois o que se diz na carta que é desde Junho de 2015 até à presente data. -----

----- Referiu que o membro Senhor João Delgado se queixa de terem sido delegados poderes em seu nome, sem o seu consentimento, durante um período longo de tempo e, por lapso, segundo diz agora foi só hoje. De qualquer maneira é um facto que alguém usou o nome dele e que alguém abusivamente assinou por ele pelo que tem que haver algum responsável por esta situação. -----

----- A membro Senhora Isabel Ponciano pediu a palavra para dizer que está provado na documentação que o membro Senhor João Delgado se fez representar na Assembleia Municipal do dia 27 de Junho. -----

----- Relativamente ao documento para a Assembleia de hoje ele próprio já admitiu que houve um lapso e que não foi contactado, que era suposto vir outra pessoa e posteriormente veio ele mas, não se lembra de ouvir o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia dizer que a Senhora Catarina Corte vinha substituir o Senhor João Delgado que vinha substituir o Senhor Francisco Rufino pelo que parte do princípio que o membro Senhor Francisco Rufino ou quem quer que seja o membro em falta foi sempre substituído pela terceira pessoa e não pela segunda. -----



FLS 8/25

----- Usou então da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para referir que, efetivamente, nunca foi falado que a Senhora D. Catarina Corte vinha substituir o Senhor João Delgado. -----

----- O membro Senhor Victor Borges da Costa usou da palavra para dizer que esta situação terá que ser explicada aos munícipes afirmando que só o Ministério Público poderá saber se o Senhor Francisco Rufino sabe que está a ser substituído e porque é que o Senhor Francisco Rufino era sistematicamente substituído pela Senhora D. Catarina Corte. Por último, mas não menos importante, saber porque é que o Senhor João Delgado apresenta uma carta a dizer que não foi contactado para 3 Assembleia Municipais e o membro Senhor André Gabriel Diz que o tentou contactar. -----

----- O membro Senhor Nuno Tomé usou então da palavra para dizer que, efetivamente, isto foi um lapso e uma má interpretação da Bancada do Partido Socialista, relativamente ao nº 3, do artigo 18º. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que o Partido Socialista assume aqui, perante todos, que nesta substituição, uma vez que não o conseguiu contactar, fez substituir o Senhor João Delgado pela Senhora D. Catarina Corte mas que das outras vezes não foi assim, sempre falaram com o Senhor João Delgado. Acrescentou ainda que a sua Bancada vive uma turbulência que é a de que, à própria da hora, muita gente não vem, havendo muita dificuldade em resolver essa situação. Muitas vezes ligavam ao Senhor João Delgado às 8 da noite a perguntar se ele podia vir, ele respondia que àquela hora não podia e não havia outra maneira senão fazerem chegar outro pedido de substituição como têm feito, muitas das vezes tardiamente. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que esta situação foi uma irresponsabilidade da Bancada do Partido Socialista que serve de aprendizagem uma vez que, todos os seus elementos, estão pela primeira vez nesta Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao membro Senhor Nuno Tomé afirmando que nada tem a ver com a turbulência da sua Bancada, no entanto, tem que chamar pela sua responsabilidade, sobretudo, que não se assina por outro pois isso é falsificação de documentos. Afirmou ainda que, no fundo, desrespeitaram o Presidente da Assembleia Municipal. Que durante este tempo todo mentiram ao Presidente da Assembleia Municipal fazendo-o crer que a substituição apresentada era legal. -----

----- O membro Senhor Victor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, usou de novo da palavra para dizer que havendo a necessidade da aprovação do Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, não o fazer, estariam a prejudicar o Concelho, no entanto, entende que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não deve assumir esta decisão sozinho. -----

----- Que em primeiro lugar deverá perguntar ao membro Senhor João Delgado se ele está em condições de continuar e que esta Assembleia prossiga. Depois propor à Assembleia se vota favoravelmente a continuação da mesma. -----

----- Ainda no uso da palavra e pegando nas palavras proferidas pelo membro Senhor Carlos Santos, bem como pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que, de facto, há aqui dados que têm que ser averiguados e que isto não pode passar impune porque, no fundo, não mentiram só ao Presidente da Assembleia Municipal mas sim a toda a Assembleia. -----

----- De seguida a membro Senhora D. Rita Jejum pediu a palavra para, em seu nome, pedir desculpa à Assembleia por aquilo que aconteceu hoje uma vez que estão a prejudicar a Assembleia, os munícipes e as pessoas que a elegeram para estar aqui. -----

----- O membro Senhor João Delgado usou de seguida da palavra para relativamente à pergunta que lhe foi colocada, de estar ou não preparado para estar nesta Assembleia, respondeu que não está preparado mas, face às datas que estão em cima da mesa, retira-se e a Assembleia prossegue se for essa a decisão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor Victor Guia referiu que o membro Senhor João Delgado não percebeu aquilo que lhe disse pois não o convidou a retirar-se, antes pelo contrario, entende que ele deve participar. Aquilo que lhe disse é que deveria ser o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a perguntar era se, por si, está em condições de discutir aquilo que se vai aqui discutir e se concorda que a Assembleia deve continuar ou não. -----

----- Usou então da palavra o membro Senhor João Delgado para dizer que, face às datas, entende que a Assembleia deve continuar, pese embora não estar preparado para estar nesta Assembleia, no entanto, deixou à consideração do Senhor Presidente da Assembleia Municipal a sua continuidade nesta Sessão. -----

----- Antes de colocar este assunto à votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu um intervalo de 10 minutos para os Grupos Parlamentares Municipais poderem reunir e conversar sobre esta matéria. -----



FLS 10/25

----- Esgotado esse período de tempo e retomados os trabalhos o membro Senhor João Delgado pediu a palavra para informar que o Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista propõe que se prossiga com a Sessão da Assembleia Municipal e que ele, em voto de consciência, se irá abster nas votações que ocorrerem. -----

----- Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, à votação, a continuidade ou não desta Sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Foi então deliberado, por unanimidade, prosseguir-se com esta Sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Partido socialista já assumiu a sua irresponsabilidade sobre este processo mas foi entretanto aqui equacionado, pelo membro Senhor Victor Borges da Costa, que este assunto deveria ser participado ao Ministério Público pelo que irá submeter essa questão, à votação. -----

----- Pediu a palavra o membro Senhor Nuno Tomé para, em nome do Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista, pedir publicamente desculpas à Assembleia por toda esta situação solicitando, no entanto, que fosse ponderada a necessidade de enviar esta assunto para o Ministério Público. -----

----- O membro Senhor Manuel Jorge dos Santos interveio, de seguida, para dizer que concorda que a culpa não deve morrer solteira, que se deve fazer uma investigação e que essa investigação deve ser feita por quem de direito colocando apenas em dúvida se o Ministério Público ao investigar não poderá por em causa aquilo que foi decidido nas Assembleias anteriores. -----

----- O membro Senhor António Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, pediu a palavra para solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que ponderasse bem esta situação. Entende que é preferível fazer-se uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal para se consultar toda a documentação e a partir daí fazer-se então uma proposta. -----

----- O membro Senhor Victor Borges da costa usou da palavra para dizer que nada o move contra as pessoas, que aquilo que o move é o processo político que se desencadeou desde as eleições que levaram à constituição desta Assembleia Municipal e à constituição desta Câmara Municipal e que, independentemente da solução que a Assembleia encontrar para resolução deste problema não pactua com situações destas realçando que, em seu nome e dos munícipes que o

elegeram, apenas quer salvaguardar a posição que tem dentro do Movimento pela Golegã, Azinhaga e Pombalinho. -----

----- Pegando nas palavras do Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, Senhor António Camilo, o membro Senhor Victor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga propôs que fosse nomeada uma comissão constituída por um elemento de cada Grupo Parlamentar Municipal, bem como pelo Presidente da Assembleia Municipal para que, no âmbito desta Assembleia, se avance com este processo. Após a conclusão do mesmo será então marcada uma Sessão Extraordinária, ou não, da Assembleia Municipal para dar conhecimento e tomar a decisão que se entender tomar. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que aquilo que se passou é bastante grave e deve ser averiguado e que essa averiguação deve partir desta Assembleia. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio de seguida para secundar as palavras proferidas pelo Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, Senhor António Camilo, referindo que lhe parece pertinente não partir para uma situação que possa ser irreversível e possa até prejudicar o Município. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a criação de uma comissão no âmbito da Assembleia Municipal com vista ao esclarecimento desta situação. -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a criação da citada Comissão, sendo a mesma, constituída pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelos membros Senhores António Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, Victor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, Luís Filipe Júlio, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, Nuno Tomé em representação do Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista, Carlos Santos em representação do Grupo Parlamentar Municipal Movimento Força GAP, Manuel Jorge dos Santos em representação do PSD, João Mendes em representação do CDS-PP e Isabel Ponciano em representação do Grupo Parlamentar Municipal da CDU. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura da Acta da Sessão Ordinária realizada no dia 30 de Novembro de 2015 uma vez que, antecipadamente, a mesma, foi distribuída a todos os seus membros. -----

----- Colocada à votação, a Acta da Sessão Ordinária realizada no dia 30 de Novembro de 2015, foi aprovada, **por unanimidade**, de harmonia com o nº 3, do artigo 34º, do Código do

FLS 12/25

Procedimento Administrativo, publicado através do Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, sem a participação dos membros Senhores Victor Borges da Costa, Francisco Rufino, Manuel Jorge dos Santos e António Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, por não terem estado presentes na Sessão a que a Acta se refere. -----

----- Entrou-se então, no Período de Antes da Ordem do Dia, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntado se havia algum membro da Assembleia que quisesse apresentar Propostas, Moções, Votos de Louvor, de Pesar, etc. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida, informando que, a mesma, se encontra à disposição dos membros que a quiserem consultar. Informou, igualmente, que as faltas registadas na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de Novembro foram devidamente justificadas. -----

----- O membro Senhor Manuel Jorge dos Santos pediu a palavra para, na qualidade de representante do PSD nesta Assembleia Municipal, recordar que nas eleições autárquicas de 2013 liderou uma lista conjunta do PSD e do CDS-PP à Assembleia Municipal sobre um compromisso eleitoral que quer ele quer o PSD irão honrar até final do mandato. Acrescentou ainda que em nenhum momento deste processo o PSD teve qualquer intenção de desrespeitar os representantes, militantes ou simpatizantes do CDS-PP e os eleitores que neles confiaram podem estar certos que se manterão leais aos compromissos assumidos. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura de um documento subscrito pela membro Senhora D. Isabel Ponciano onde solicita a instauração de um inquérito à funcionária da Câmara Municipal Senhora D. Catarina Corte, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 1. -----

----- Após a leitura deste documento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de uma forma resumida explicou à Assembleia o que se passou relativamente a este assunto que tem a ver com uma publicação de um artigo, na sua rede social, acerca do pavilhão do bar do Equuspolis. -----

----- Após a membro Senhora D. Rita Jejum e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal terem trocado algumas impressões relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal a membro Senhora D. Isabel Ponciano referiu que, independentemente, da funcionária em questão estar a usar as redes sociais, supostamente durante um período que

deveria estar a trabalhar, passou ali alguma informação que não lhe competia a ela passar, assim como também cá para fora um juízo de valor que se prende consigo própria. -----

----- O membro Senhor Victor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, pediu a palavra para dizer que em seu entender deve ser a membro Senhora D. Isabel Ponciano a propor que seja a Assembleia a votar a sua proposta. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu então, à votação, a proposta apresentada pela membro Senhora D. Isabel Ponciano, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----

----- O membro Senhor Victor Borges da Costa pediu a palavra para tecer diversas considerações relativamente ao mau estado de conservação em que, cada vez mais, se encontra a Estrada nacional 365 mais concretamente no troço que atravessa o Concelho da Golegã. -----

----- Alertou e identificou alguns pontos onde é urgente intervir sob pena de se poderem ali registar mais acidentes podendo, as suas consequências, vir a ser bastante mais graves do que aquelas que têm ocorrido. -----

----- Relativamente à Feira Nacional do Cavalo e ao estacionamento que é ou não permitido fazer-se, principalmente nos dias de maior afluxo de visitantes, sugeriu que seria de bom tom que, pelo menos, nos locais onde não prejudique o trânsito e os veículos estejam estacionados que haja indicação para alguma flexibilidade relativamente a esses estacionamentos por forma a que as pessoas não sejam, mais tarde, surpreendidas com o aparecimento, nas suas casas, de multas de estacionamento como foi o seu caso. -----

----- O membro Senhor André Gabriel usou de seguida da palavra para se reportar, igualmente, à Estrada Nacional 365 e dizer que claramente está à vista de todos os utilizadores daquela estrada que, a mesma, se encontra num estado lastimável, fazendo votos que, rapidamente, as coisas evoluam noutro sentido. -----

----- Sugeriu que o Grupo de Trabalho, de acompanhamento à Estrada Nacional 365, que foi aqui aprovado inicie os trabalhos no sentido de se começar a fazer um trabalho mais próximo para que, em conjunto com o trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal, possa haver uma maior pressão junto das Estradas de Portugal. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que o Presidente da Assembleia ainda há muito pouco tempo enviou, para as Estradas de Portugal, mais uma Moção de tudo aquilo que aqui se tinha passado. -----



FLS 14/25

----- A membro Senhora D. Isabel Ponciano pediu a palavra para manifestar a sua solidariedade para com o membro Senhor Victor Borges da Costa e também a sua preocupação com o estacionamento durante o São Martinho porque foi vítima precisamente do mesmo problema. ----

-----Usou de seguida da palavra o Exmo Senhor Presidente o Executivo Municipal para dizer que não tem sido fácil a relação com as Infra Estruturas de Portugal, como agora chama. Referiu que aquela operação de saneamento feito na Estrada 365 a seguir ao Pombalinho acaba por, no fundo, ser semelhante aquilo que se fez aqui na estrada 243 que, em abono da verdade, foi um péssimo trabalho mas, infelizmente foi isso que aconteceu. -----

----- Referiu ainda que, junto à Lagoa de Alverca, um desabamento da estrutura de suporte do raile de proteção já foi comunicado por 3 vezes e ainda não houve nenhuma intervenção. Lembrou também aquela depressão que houve no lado contrário à Lagoa de Alverca e que teve que ser a Câmara Municipal a fazer a sua reparação afirmando que não lhe parece que a Câmara Municipal se deve substituir permanentemente àquilo que é uma responsabilidade das Infra Estruturas de Portugal mas, se o tempo vier a ser demasiado, a Câmara Municipal, terá que acabar por fazer a mesma coisa que fez naquela operação, no entanto, frisou que acompanha a preocupação manifestada. -----

----- Relativamente à questão do estacionamento durante a Feira Nacional do Cavalo afirmou que não tem sido hábito, pelo menos com esta frequência, haver multas em determinados locais manifestando, igualmente, a sua preocupação naquilo que diz respeito a algum excesso de zelo que possa ter existido. Referiu que se de facto algumas dessas multas resultaram pelas viaturas estarem a colocar em causa o normal desenvolvimento do tráfego, nesse caso, acha que sim, não sendo assim entende que não porque aí, efetivamente, é passada uma má imagem e as pessoas acabam por não se deslocar à Golegã. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que este assunto, em concreto, não foi abordado informando que o irá fazer de imediato até para se perceber o alcance que isto teve e que, de facto, é bastante desagradável. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos pediu a palavra para se reportar à intervenção do membro Senhor André Gabriel esclarecendo que a referida Comissão já reuniu tendo sido elaborado, por todas as bancadas, um documento conjunto, tendo o mesmo, sido enviado para as Infra Estruturas de Portugal. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



A.
R.

FLS 15/25

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor André Gabriel referiu que se recorda de essa Moção ter sido aprovada unanimemente é também se recorda que nessa Assembleia foi aprovado a constituição desse Grupo de Trabalho uma vez que era importante fazer, não só, aquilo que é premente mas também por se perceber que só o esforço que estava a ser feito, por parte da Autarquia, no sentido de haver melhoramentos nada estar a ser feito. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor Carlos Santos, relativamente ao ordenamento das margens do Rio Almonda, questionou se o açude não irá ser executado e não sendo executado, como a candidatura contemplava essa execução perguntou se o Executivo já tinha alguma resposta no sentido de saber se existe ou não alguma penalização no financiamento da obra uma vez que ela não foi executada na sua totalidade. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal usou da palavra para esclarecer que fizeram aquilo que normalmente se faz no encerramento da candidatura, ou seja, justificaram com o pedido de encerramento da candidatura e com o relatório final o porquê da obra não se realizar. Informou que na Reunião Pública realizada na Azinhaga teve a oportunidade de já ter dito isso até porque, há época, tinha sido um processo recente. Afirmou que não foi transmitido por ninguém, da Autoridade de Gestão, que isso seria alvo de alguma penalização, pelo que, é sua convicção que assim será a menos que haja alguma alteração que, neste momento, não se conheça. Por último referiu que aquilo que foi acordado com a Autoridade de Gestão foi justificar o porquê da não concretização do açude tendo a obra sido concluída em cerca de 90% e apenas 10%, que diziam respeito ao açude e à escada de peixes, é que não se concretizaram, sendo certo que não se comprometeram os objetivos principais daquela candidatura e daquela obra. -----

----- O membro Senhor Victor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga pediu a palavra para dizer que, há alguns anos, quando foi colocada na Estrada Nacional 365 aquela camada de slurry seal chamou à atenção para que a Câmara Municipal não a recebesse como as Estradas de Portugal pretendiam porque, passados 6 ou 7 anos, a estrada estaria intransitável estando-se a verificar agora que tinha razão, sendo que, as grandes vítimas dessa estrada são, acima de tudo, as pessoas da Azinhaga e do Pombalinho que têm necessidade de se deslocar à Sede do Concelho. -----

----- Acrescentou que se torna urgente que a Câmara Municipal, acompanhada pelo Presidente da Assembleia Municipal e pelo menos por mais um membro de cada Grupo Parlamentar

FLS 16/25

Municipal dos mais representados, marque uma reunião com o Diretor das Infra Estruturas de Portugal para, que no mais curto espaço de tempo, seja encontrada uma solução para aquela estrada. -----

----- Relativamente ao ordenamento das margens do Rio Almonda, perguntou quanto é que a Câmara Municipal pagou pela realização daquela obra, tendo para o efeito, o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal respondido que se gastou um valor à volta dos 870/880 mil euros. -----

----- O membro Senhor Victor Guia, de novo no uso da palavra, referiu que de facto o objetivo principal deveria ter sido a construção do açude porque basta olhar para o que está feito agora para ver que o Rio não tem água. -----

----- Referiu ainda que a Câmara deveria seriamente pensar em ter ali um espelho de água porque, efetivamente, o objetivo era esse mesmo. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal respondeu que concorda com aquilo que disse o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga relativamente à questão do açude e no que ele seria importante para aquele local, no entanto, esclareceu que não se deve esquecer, basta para isso consultar as Atas da Assembleia Municipal, que a grande preocupação de muitos membros desta Assembleia Municipal não era essa, mas sim, era o problema da poluição e aquilo que o açude, se viesse a ser construído, iria trazer a um espelho de água que poderia estar poluído. -----

----- Referiu ainda que se concorda que o açude deveria lá estar, é o primeiro a dizer que sim, que concorda mas, também tem que se ter presente que, no fundo, aquilo que deveria ter sido feito, numa fase inicial, era ter um estudo geotécnico que permitisse orçamentar corretamente aquilo que era necessário fazer e isso não foi feito em devido tempo e deveria ter sido. -----

----- Que se gastaram quase 100 mil euros para fazer isso e tinham quase 470 ou 480 mil euros de obra para aquilo ficar feito em condições. -----

----- Acrescentou ainda que se houve algum mérito em relação a esse trabalho foi agora ficar-se a saber, com rigor e com precisão, o que é que ela custa se, num futuro, se quiser fazer um procedimento e lançar essa obra. -----

----- O membro Senhor Victor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga pediu de novo a palavra para afirmar que uma das suas principais preocupações foi a açude, que a

principal preocupação, de facto, era a poluição tendo até aqui sugerido diversas vezes que ficasse uma porta que se pudesse abrir para que as lamas assentes no fundo pudessem sair. Afirmou ainda, que na sua qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, sempre se manifestou a favor do açude e inclusivamente sugeriu à Câmara Municipal para estudar o local do açude e coloca-lo mais a jusante para que a alverca viesse a ter água. -----

----- Relativamente ainda a este assunto, o membro Senhor Carlos Santos usou da palavra para dizer que foi das pessoas que, desde a primeira hora, sempre se preocupou com a poluição tendo até na primeira Reunião pública, realizada na Azinhaga, feito uma intervenção nesse sentido. Nessa altura disse que compreendia que o açude não fosse deslocalizado porque, segundo diziam os técnicos da Câmara Municipal, existia, para aquele local, um estudo geotécnico e por isso é que se iria fazer o açude naquele sítio. Veio a verificar-se depois que, efetivamente, o estudo não existia. -----

----- Afirmou que mais uma vez se verificou que não se apuraram responsabilidades. Se alguém diz que existe um estudo por porque é que não apresenta esse mesmo estudo. Questionou ainda onde está a responsabilidade de quem manda um processo para um concurso público sem um projeto de execução. -----

----- Referiu que, politicamente, sabe que as pessoas que estão à frente dos desígnios da Autarquia não têm, nem têm que ter, conhecimentos para tal mas, para isso, têm por detrás um suporte técnico que deveria ter revisto toda a situação uma vez que não cabe na cabeça de ninguém lançar um concurso público sem um projeto de execução. -----

----- Por último referiu que o projeto foi todo revisto devido à insistência do Senhor Presidente da Junta da Azinhaga que, por diversas vezes, alertou que, aquilo que iria ser feito naquele projeto, seria a mesma coisa que estar a deitar o dinheiro fora. -----

----- O Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal usou seguidamente da palavra para dizer que não sabe se pode inferir das palavras do membro Senhor Carlos Santos que, as mesmas, sejam uma sugestão para que a Assembleia Municipal delibere constituir uma Comissão para averiguar também este assunto, tendo o membro Senhor Carlos Santos respondido que não compete à Assembleia Municipal fazer essa averiguação. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, neste período de antes da ordem do dia, passou-se de imediato ao primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **1. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL;** -----



FLS 18/25

----- Foi presente o documento elaborado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal que consta de um relatório das atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal no período compreendido entre a última e a presente Sessão, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 2. -----

----- A membro Senhora D. Fátima Gonçalves pediu a palavra para relatar um problema de saúde que teve bem como das dificuldades com que se deparou para se deslocar à farmácia por via dos condicionalismos do trânsito por ocasião da realização da corrida de São Silvestre. -----

----- Terminou a sua intervenção perguntando se nas próximas corridas deste género que, eventualmente possam vir a realizar-se, se não poderá existir uma forma de ter um corredor de passagem que permitam ter acesso a locais de urgência tais como farmácia, bombeiros, etc. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder que, obviamente, o Executivo será sensível e articulará com a GNR essas e outras situações que possam ir ao encontro de não incomodar e não maçar por um lado e ao mesmo tempo dar resposta a situações urgentes. -----

----- O membro Senhor Manuel Jorge dos Santos perguntou ao Senhor Presidente do Executivo Municipal como está a situação da falta de médicos de família na Golegã e que diligências têm sido tomadas para solucionar esse problema. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal respondeu dizendo que tem atuado junto da ACES Lezíria bem como junto da Unidade de Saúde Familiar tendo, inclusive, transmitido ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho o resultado que teve com o Senhor Dr. Barroso. -----

----- A abordagem que foi feita foi no sentido de saber se o Senhor Dr. Santos que, entretanto, se tinha aposentado estaria disponível para regressar num regime que lhe fosse favorável e conveniente sendo que, por vontade dele próprio, isso não veio a acontecer. -----

----- Esclareceu ainda que se está a acompanhar uma outra solução que pode, no fim das colocações dos médicos que acabaram agora a sua formação, haver a possibilidade de se equacionar a vinda desse médico para poder prestar cuidados de saúde no nosso Concelho. Se esse quarto médico puder vir para o Concelho poderá ser retomado aquilo que era o funcionamento antes do Dr. Santos se ter aposentado, ou seja, a sua vinda não ser depois gerida sem efetivamente prestar cuidados de saúde no Pombalinho tal qual vinha acontecendo até aí. ---

----- Terminou a sua intervenção afirmando que têm vindo a acompanhar e vão continuar a desenvolver todos os contactos necessários para que essa solução possa ser uma realidade. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, passou-se de imediato ao Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **2. PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA:** -----

----- **2.1. Reabilitação Urbana de Golegã Oeste – ARU 1 – Aprovação;** -----

----- **2.2. Reabilitação Urbana da Golegã Este – ARU 2 – Aprovação;** -----

----- **2.3. Reabilitação Urbana da Azinhaga – ARU 3 – Aprovação;** -----

----- **2.4. Reabilitação Urbana da Azinhaga – ARU 4 – Aprovação;** -----

----- **2.5. Reabilitação Urbana de São Caetano – ARU 5 – Aprovação;** -----

----- Foi presente cópia do parecer referente aos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, para a execução de cinco operações de Reabilitação Urbana sistemáticas na Golegã, nas ARU 1 – Golegã Oeste, ARU 2 – Golegã Este, ARU 3 – Azinhaga, ARU 4 – Azinhaga e ARU 5 – São Caetano, que se dá por integralmente reproduzido no documento nº 3. -----

----- Procedeu-se então de seguida à análise e votação, ponto por ponto, relativamente a este assunto da Ordem de Trabalhos, como segue: -----

----- **2.1. Reabilitação Urbana de Golegã Oeste ARU 1 – Aprovação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 11 de Janeiro de 2016, bem como dos respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 4. -----

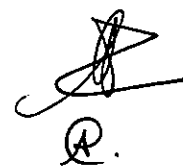
----- Foi igualmente presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 2 de Novembro de 2015, bem como dos respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 5. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto **2.1. Reabilitação Urbana de Golegã Oeste ARU 1**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com a abstenção de um membro do Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista. -----

----- **O Ponto 2.2. tratava da Reabilitação Urbana da Golegã Este – ARU 2 – Aprovação;** --

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 11 de Janeiro de 2016, bem como dos respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 6. -----



FLS 20/25

----- Foi igualmente presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 2 de Novembro de 2015, bem como dos respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 7. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto **2.2. Reabilitação Urbana de Golegã Este ARU 2**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com a abstenção de um membro do Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista. -----

----- **O Ponto 2.3. tratava da Reabilitação Urbana da Azinhaga – ARU 3 – Aprovação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 11 de Janeiro de 2016, bem como dos respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 8. -----

----- Foi igualmente presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 2 de Novembro de 2015, bem como dos respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 9. -----

----- O membro Senhor João Mendes pediu a palavra para colocar algumas questões não só relativas à ARU 3 mas também relativamente à ARU 4 porque são complementares. -----

----- Referiu que o levantamento que foi feito no ARU 4 não segue os mesmos parâmetros que o levantamento feito no ARU 3 pelo que perguntou se o documento foi entretanto atualizado, ou não, e porque é que existe esta diferença de submeter esta documentação com um método de levantamento urbanístico diferente. -----

----- Depois de devidamente autorizado, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra para esclarecer que este levantamento foi feito com a colaboração da Comunidade Intermunicipal. Envolveu alguns técnicos da Divisão de Obras desta Câmara Municipal e tinha a supervisão da CIMLT. Esclareceu também que quando do primeiro contacto que teve com a Arquiteta, que fez a supervisão deste trabalho houve, por parte da CIMLT uma contratação a um outro gabinete para que se pudesse prestar serviços que a CIMLT assegurou a cada um dos seus Municípios associados pelo que a única razão que vê para que haja uma metodologia diferente na abordagem aos levantamentos e aos diagnósticos que foram feitos numa área e na outra terá sido por essa via, realçando, no entanto, que quando pegou neste assunto, o mesmo, já estava concretizado. -----

----- Após mais algumas trocas de impressões, relativamente a esta matéria, o membro Senhor João Mendes perguntou se seria possível facultar quais foram os edifícios com classificação de notável, na Freguesia da Azinhaga. Referiu que se pode consultar essa informação na página 66 onde estão classificados, como notáveis, 9 edifícios mas, pese embora, não ser técnico pensa que devem haver, na Freguesia da Azinhaga, mais de 9 edifícios que reúnam estes requisitos, dando como exemplos o Solar dos Serrões, o Edifício junto às Escadinhas, a Igreja Matriz, O Solar do Espírito Santo, etc., que não estão identificados naqueles 9 referidos anteriormente. -----

----- Usou então da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para dizer que irá consultar o documento, no entanto esclareceu que não estando mencionados dessa forma objetiva, não significa que não estejam incluídos na Área de Reabilitação Urbana realçando, no entanto, que essa classificação de notável pode ser sempre abordada a qualquer momento. -----

----- A Vereadora Senhora Dra Ana Isabel Caixinha, ainda relativamente a esta matéria, prestou, igualmente, diversas informações adicionais ajudando dessa forma a esclarecer e a clarificar as dúvidas manifestadas pelo membro Senhor João Mendes. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto **2.3. Reabilitação Urbana de Azinhaga ARU 3**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com a abstenção de um membro do Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista. -----

----- **O Ponto 2.4. Tratava da Reabilitação Urbana de Azinhaga ARU 4 – Aprovação.** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 11 de Janeiro de 2016, bem como dos respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 10. -----

----- Foi igualmente presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 2 de Novembro de 2015, bem como dos respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 11. -----

----- O membro Senhor João Mendes, usou de novo, da palavra para perguntar com que critério é que foi feita esta data de classificação dos edifícios, apontando alguns dados que não lhe parecem ser corretos. -----

----- Depois de devidamente autorizado, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, respondeu a esta questão dizendo que não sabe quais foram os critérios que os técnicos



FLS 22/25

envolvidos neste tema abordaram referindo que, provavelmente, foram buscar a informação aos registos existentes. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor João Mendes referiu que o objetivo das suas intervenções é muito claro, é o de que haja mais rigor no levantamento que é feito, essencialmente, às Freguesias porque há muita informação que não está correta tendo, para o efeito, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referido que entende perfeitamente aquilo que o membro Senhor João Mendes está a dizer. No entanto, esclareceu, que não será por isso que se vai por em causa algum aspeto da Reabilitação Urbana. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto **2.4. Reabilitação Urbana de Azinhaga ARU 4**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com a abstenção de um membro do Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista. -----

----- **O Ponto 2.5. Tratava da Reabilitação Urbana de São Caetano ARU 5 – Aprovação.** ---

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 11 de Janeiro de 2016, bem como dos respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 12. -----

----- Foi igualmente presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 2 de Novembro de 2015, bem como dos respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 13. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto **2.5. Reabilitação Urbana de São Caetano ARU 5**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com a abstenção de um membro do Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista. -----

----- De seguida passou-se ao Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte:

----- **3. COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL – Nomeação de Representante das Juntas de Freguesia do Concelho.** -----

----- O membro Senhor António Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, pediu a palavra para informar que em conversa com os restantes Presidentes de Junta de Freguesia acordaram em propor, como representante das Juntas de Freguesia do Concelho, na Comissão

Municipal de Proteção Civil, o nome do Senhor Victor Manuel da Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga. -----

----- Após esta intervenção o Senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura de uma proposta entretanto chegada à Mesa da Assembleia, subscrita pelos membros do Grupo Parlamentar Municipal Movimento Força GAP, onde propõem como representante das Juntas de Freguesia do Concelho, na Comissão Municipal de Proteção Civil, o Senhor Victor Manuel da Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 14. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o **Ponto 3. COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL – Nomeação de Representante das Juntas de Freguesia do Concelho**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com a abstenção de um membro do Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista, nomear o membro Senhor Victor Manuel da Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, como representante das Juntas de Freguesia do Concelho na Comissão Municipal de Proteção Civil. -----

----- Seguidamente passou-se ao Quarto e último Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **4. COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – Substituição da Dr^a Andreia Cunha como Representante na Comissão Alargada da CPCJ.**

----- Deu entrada na Mesa da Assembleia Municipal uma proposta subscrita pelos membros do Grupo Parlamentar Municipal Movimento Força GAP onde propõem o nome da Senhora D. Maria de Fátima Simões Marques Gonçalves para substituir a Dr^a Andreia Cunha na Comissão alargada da CPCJ, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 15. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o **Ponto 4. COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – Substituição da Dr^a Andreia Cunha como Representante na Comissão Alargada da CPCJ**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com a abstenção de um membro do Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista nomear, em substituição da Dr^a Andreia Cunha, a Dr^a Maria de Fátima Simões Marques Gonçalves, como representante da Assembleia Municipal na Comissão Alargada da CPCJ. -----

FLS 24/25

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, passou-se de imediato ao Período Destinado à Intervenção do Público. -----

----- Usou da palavra o munícipe Senhor Mário Costa que interveio na qualidade de impulsionador do movimento “Vamos Salvar o Rio Almonda”, bem como membro da Associação SOS Tejo. -----

----- Na sua intervenção abordou diversos assuntos, nomeadamente, em relação ao Rio Almonda, ETAR da Golegã, Lagoa de Alverca e Rio Tejo tecendo para o efeito diversas críticas à atuação da Câmara Municipal relativamente a estas matérias. -----

----- Terminou a sua intervenção agradecendo a oportunidade que lhe foi dada para poder intervir, nesta Sessão. e colocou à disposição da Autarquia, caso assim o entenda, utilizar os seus conhecimentos, relativamente a esta matéria. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal, bem como o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, usaram então da palavra para responder e prestar os devidos esclarecimentos relativamente às questões colocadas pelo munícipe atrás citado. -----

----- Seguidamente e por se estar a atingir a meia-noite, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra propôs que se prosseguisse com a Sessão por forma a ouvir a intervenção do munícipe que ainda estava inscrito para o poder fazer. -----

----- Colocada à votação, esta proposta, foi aprovada, **por unanimidade**. -----

----- De seguida foi dada então a palavra ao munícipe Senhor Lúcio D'Oliveira. -----

----- Este, na qualidade de encarregado de educação de dois alunos que frequentam o Centro Escolar da Azinhaga fez um relato daquilo que é a situação profissional em que se encontram duas pessoas que prestam serviço, há já alguns anos, naquele citado Centro Escolar tecendo, para o efeito, duras críticas relativamente aquilo que tem sido a atuação da Câmara Municipal quanto a esta matéria. -----

----- Terminou a sua intervenção perguntando o que é que está previsto fazer para resolver a situação destas pessoas assim como do funcionamento da escola. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para responder às questões colocadas e repudiar as acusações que foram feitas. Esclareceu que nunca se descomprometeu de encontrar uma solução para essas pessoas e não só em relação a essas como também em relação a outra mais que estão, igualmente, em situação precária e não têm algo que

lhes permita ter vínculo para terem estabilidade no seu posto de trabalho. -----

----- Afirmou que já, por diversas vezes, lhe transmitiu que, se há funções onde quer que por razões de confiança dos pais, quer por razões de conhecimento e de experiência pessoal dos docentes, são efetivamente esses lugares e essas pessoas que têm vindo há muitos anos a trabalhar com o Executivo. -----

----- Ainda no uso da palavra informou que tem falado por diversas vezes com o Diretor do Instituto do Emprego e Formação Profissional relativamente a um conjunto de contactos que submeteu e que tem urgência em que eles se venham a resolver. Informou, igualmente que também por diversas vezes tem falado com o Dr. Tiago Leite, da Segurança Social. -----

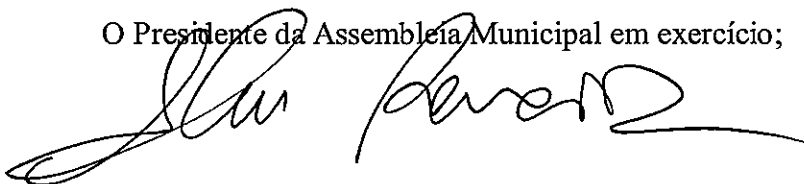
----- Ainda no uso da palavra adiantou que contratualizaram um protocolo específico com as Juntas de Freguesia para que, a esse nível, tivessem a possibilidade de, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, se encontrarem mais algumas soluções para que, no fundo, não hajam por tempo inoportável. -----

----- Terminou a sua intervenção realçando que não admite e que não pode aceitar que se venha dizer para a Assembleia Municipal que o Presidente da Câmara não se compromete e não se preocupa porque é tudo menos isso uma vez que aquilo que tem feito e está a fazer é encontrar soluções para esse e outros problemas. -----

----- Após o munícipe Senhor Lúcio D'Oliveira bem como o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal terem tecido mais algumas considerações quanto a esta matéria, não havendo mais público a querer intervir e havendo necessidade de dar execução às deliberações tomadas na Sessão de hoje, foi deliberado, **por unanimidade**, nos termos do nº 3, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar em minuta os Pontos 2; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 2.5; 3 e 4, da Ordem de Trabalhos, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

----- Quando eram 0 horas e 15 minutos o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos que para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada irá ser assinada com as devidas alterações e ou adendas que se julgarem convenientes. -----

O Presidente da Assembleia Municipal em exercício;



O 1º Secretário da Assembleia Municipal em exercício;

